

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SOCORRO SP - 26/05/2025**

Às quinze horas do dia vinte e seis de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sala dos Conselhos, localizado na Prefeitura de Socorro, sito Av. José Maria de Faria nº 71, Salto, na cidade de Socorro, Estado de São Paulo, com a presença dos conselheiros que assinam a lista de presença integrante desta, sendo constituída a mesa de Coordenação dos Trabalhos pelo Sr. Antonio Brito (Presidente do COMUSA). A reunião teve início com a presença de 50% +1 dos representantes efetivos e suplentes do COMUSA.

A Pauta da Reunião foi a seguinte:

- 1 - Informes dos Conselheiros e da Mesa Diretora.
- 2 - Aprovação da ata de 28/04/2025.
- 3 - CONISCA.
- 4 - Conferência Municipal de Saúde em consonância com o PPA 2026-2030 para a Saúde.
- 5 - Pontos pendentes da reunião de abril para serem apresentados pela SMS, dentre os quais o relatório de 100 dias de Balanço da Saúde na atual gestão
- 6 - Eleição para a nova Mesa Diretora e recomposição do Conselho: segmentos usuários e trabalhadores.
- 7 - Deliberações.
- 8 - Definições de Pauta para a Reunião Ordinária de Junho.
- 9 - Encerramento

O Presidente iniciou a reunião às 15:10 com a leitura da pauta do dia. Em seguida passou para o ponto dos informes. O único informe transmitido pelo Sr. Antonio foi a reunião da Mesa Diretora com a Comissão de Saúde, Educação, Cultura e Assistência da Câmara de Vereadores realizada em 05/05 às 19:00, que contou com a presença do Presidente, do Sr. César (Secretário em exercício) e o Sr. Osmar que estava lá para a Sessão da Câmara Municipal. O objetivo da reunião foi conhecer as funções da Comissão no item Saúde e apresentar o trabalho atual do COMUSA. Ninguém explicou o motivo de obrigatoriedade do COMUSA emitir parecer na prestação de contas quadrimestrais da Saúde feita exclusivamente em Audiências Públicas. Estavam presentes os seguintes vereadores: Marcos, Xuxa (Presidente da Comissão), Patrícia, Tiago (Presidente da Câmara Municipal), José Adriano e Tiago Balderi.

Em seguida Sr. Antonio perguntou ao Pleno se havia algum outro ponto a ser incluído na Pauta com urgência. O ponto foi a vacinação de duas bebês com tetraviral cujas vacinas estavam com prazo de validade vencido. Tal ponto foi incluído na Pauta do dia.

Sr. Antonio propôs que passássemos para o item 06, eleição para a Mesa Diretora e recomposição do Conselho nos segmentos usuários e trabalhadores. No segmento de trabalhadores há uma vaga em aberto para titular e uma para suplente. A Sra. Luzia e a Sra. Nancy presentes encaminharam para aclamação do Pleno a Sra. Luzia para ocupar a vaga de titular do

segmento dos trabalhadores. Ficaram duas vagas em aberto dos trabalhadores para suplentes. **O Pleno aclamou a Sra. Luzia Macimiano como titular do segmento de trabalhadores.**

Sra. Nancy propôs um modelo híbrido da reunião do COMUSA visitando a facilitar a presença de tod@s: presencial e on-line, pois assim evitaria ausências considerando que quem tivesse dificuldade de ir presencialmente à reunião poderia estar on-line. Sr. Antonio encaminhou que verificaria a possibilidade da prefeitura facilitar este recurso para o COMUSA. Em seguida passou-se para a recomposição da Mesa Diretora. **Ficou assim recomposta: Antonio Brito (Presidente), Flávia Estevam (Vice-Presidente), Lucas (Secretário) e César Kruger (atual Subsecretario).** O Pleno aclamou a nova composição da Mesa Diretora elegendo a Sra. Flávia Estevam como Vice-Presidente e o Sr. Lucas como Secretário. Sr. Antonio colocou em discussão o ponto 3 CONISCA, que trata da indicação pelo Pleno dos dois representantes do COMUSA para o Conselho Fiscal conforme apresentado na reunião passada. Sr. Osmar lê o artigo 20 novamente sobre procedimentos para as indicações dos conselhos dos municípios consorciados ao CONISCA. Passou a palavra para a Sra. Caroline que nos informou ter ido presencialmente à Sra. Renata, Secretária Executiva do CONISCA, e questionado quem fazia parte do Conselho Fiscal da gestão atual e ela me disse que eu estava de titular. Perguntou pelo suplente e ela disse que não tinha ninguém. Ela encaminhou a questão para a Natália e ela disse “se você ficar de titular, peça para ela me colocar de suplente” (sic). Sr. Antonio encaminhou uma proposta ao Pleno de elegermos o titular e o vice, sendo o Sr. Osmar Marchioni e o Sr. César Kruger como candidatos por serem da Comissão de Orçamento e Finanças do COMUSA. Dirigiu-se ao plenário para verificar quem, dentre os titulares, também desejava ser membro do Conselho Fiscal. Como mais ninguém se colocou à disposição, apresentamos a proposta dos nomes do Sr. Osmar Marchioni como titular e o Sr. César Kruger como suplente. **O pleno aprovou a indicação dos dois por unanimidade.** Sr. Presidente encaminhou o ponto de aprovação da ata anterior (28/04/2025). Sr. Osmar apresentou, antes da votação da ata, uma proposta para que neste ponto sobre as atas, para as próximas reuniões e antes da aprovação da ata anterior, que as questões apresentadas na reunião anterior a que a ata se refere e que ficaram pendentes de respostas por parte da Secretaria, sejam respondidas previamente à aprovação. Sr. Antonio propõe que em cada ata destaque-se um quadro com questões pendentes da reunião ordinária para a sessão seguinte. Sr. Osmar acrescenta à sua proposta não só as questões pendentes para a Secretaria, mas para o Conselho como um todo. Ele colocou o exemplo do encaminhamento de ofício para a Secretaria de Administração sobre a reativação do elevador na Sala dos Conselhos. Disse que fazia três meses desde que aprovamos e não tínhamos encaminhado. Destacou que como somos a maioria de voluntários fica difícil, é muita coisa e não temos apoio administrativo da Secretaria. Sr. Assis pediu a palavra neste ponto de “respostas pendentes”. Disse que tem itens desde o passado que estamos sem resposta também. Citou a cobertura da quadra que fica atrás da UBS Santa Cruz. Por causa da ausência da cobertura e tela lateral, a bola sempre cai no Posto de Saúde. A quadra pertence a Secretaria de Cidadania - Departamento de Esportes. Sr. Alexandre sugeriu fazermos um ofício para a Secretaria de Cidadania reforçando este pedido. Sr. Antonio iniciou outro ponto da pauta: Conferência Municipal de Saúde. Sr. Antonio lembrou que qualquer Conferência Municipal de Saúde ou Plenária é de responsabilidade das Secretarias Municipais de Saúde. Na reunião extraordinária de 07/03/2025 que não foi realizada por falta de quórum, tinha alguns modelos apresentados para este Conferência. Sr. Antonio destacou que não podemos passar do mês de julho para realizar a Conferência Municipal pois o principal objetivo desta conferência é levantar as questões

apresentadas pela população para melhorar a Saúde e serem incluídas no PPA 2026-2030, além de debater as propostas para PPA a ser apresentado pela Secretaria. Sr. Antonio fez uma breve apresentação de como foi o processo da Conferência Municipal de Saúde, em 2023. Sr. Antonio disse que a Conferência é obrigatória. Sra. Caroline pediu a palavra para nos transmitir uma fala da Secretária Natália de que foi feita uma Conferência em 2023 (ela nos passou uma pasta com todo este material, que precisa ser devolvido) e que, por este motivo, não vai haver outra Conferência, pois esta é feita de 4 em 4 anos. Sr. Antonio esclareceu que ele também achava que era isto. Mas ele verificou no site do Conselho Nacional de Saúde (todos poderão acessá-lo) e lá deixa claro que é obrigatória. Na realidade, explicou, a cada 2 anos deve ser realizada uma Conferência Municipal de Saúde. Uma é vinculada à realização da Conferência Nacional de Saúde que é dividida em etapas: Nacional-Estadual-Regional-Municipal. São tirados delegados das etapas municipais para as etapas seguintes (Regionais) e destas para a Estadual e para a Nacional. As outras conferências são apenas de âmbito municipal e devem discutir as propostas da população, de trabalhadores e gestores tendo como os Planos Plurianuais. Houve várias ideias e falas sobre a construção desta conferência. Sistematizadas, **o Pleno aprovou por unanimidade os seguintes itens da Conferência Municipal de Saúde:**

DATA: 12-07-2025 (manhã)

LOCAL: a definir

PRE-CONFERENCIAS: definir locais em função do calendário

COMISSÃO ORGANIZADORA POR SEGMENTO: Celi Alves (Usuário), Lucas (Gestão) e Nancy Fagundes (Trabalhadores) com a participação do Presidente do Conselho e da Secretária de Saúde.

TEMA: "SAÚDE: URGÊNCIA PARA MUDAR" PARTICIPE!!!!

Encerradas as deliberações para a Conferência Municipal de Saúde passou-se para o ponto 5 "Pontos pendentes da reunião de abril para serem apresentados pela SMS". Sra. Caroline iniciou pelo RAG, já encaminhado pelo Sr. Antonio via e-mail; sobre o convênio com o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura para dirigirem ambulâncias do SAMU, ele está baseado na Lei Municipal "Atividade Delegada" de julho de 2024, que também define que quem paga o convênio é o município. Sr. Alexandre fez um levantamento a cerca do custo deste convênio em comparação ao que se paga aos motoristas da prefeitura. Segundo ele ficou aproximadamente 70% mais caro. Sra. Caroline trouxe a seguinte resposta sobre o REMUME: já está em elaboração pela Secretária Natália junto com a responsável pelos postos que é a Natália Apocalipse. Sr. Osmar perguntou sobre quando ficaria pronto. Sra. Caroline disse não ter resposta. Continuou Sra. Caroline: o Raio-X voltou a funcionar até às 22:00, a farmácia do "Postão" também, até as 22:00. Com relação à médica do Oratório com CRM-MG, já está resolvido. Sra. Caroline pesquisou uma lei para ver se estavam respaldados na decisão da secretaria. Explicou o procedimento para o pleno. A Farmácia Alto Custo funciona até às 16:00. A Karina já está fazendo a adaptação por prioridade no "Postão" por gravidade. Sra. Fabiana questiona por quê gravidade, pois não é ambiente hospitalar. Sra. Caroline respondeu que, em seu entendimento será assim por enquanto, está passando por orientação e que precisa passar por maiores orientações. Sra. Fabiana lembrou que os postos de saúde e todas as demais unidades que não atendem urgência e emergência têm que atender a lei de prioridades. Sra. Caroline se comprometeu a encaminhar a resposta a esta questão via mensagem celular para a Sra. Fabiana. Sra. Kellen, secretária municipal de Finanças, foi em nossa reunião para se apresentar, saber quais as nossas demandas de informações financeiras e

disponibilizar orientações / esclarecimentos sobre a questão financeira, despesas de saúde, etc. Sr. Osmar explicou as necessidades (neste momento, diversas pessoas falavam ao mesmo tempo). Sr. Antonio esclareceu que não tínhamos este ponto na pauta desta reunião e Sr. Osmar esclareceu que foi falar com o Sr. Diogo semana passada apresentando algumas demandas do Conselho e Comissão de Finanças. Sra. Kellen propôs uma reunião com o COMUSA para explicar a dinâmica dos balancetes, receitas, despesas, emenda 29, orçamento da saúde. Sr. Antonio propôs à Secretária Kellen e ao Pleno realizarmos essa apresentação na próxima reunião do COMUSA, que **será dia 23/06/2025, às 15:00, na Sala de Inovação conforme sugestão da Secretária, pois tem TV que facilita a apresentação.** Sra. Caroline passou para o ponto de pauta do dia: a questão das vacinas vencidas. Sra. Caroline afirmou que a Secretaria ficou sabendo 2 ou 3 dias depois do ocorrido. Sr. Antonio perguntou sobre a que ocorrido estava sendo dito, pois foram diversos fatos em toda a história. Sra. Caroline informou que foi 2 ou 3 dias após a vacina ser aplicada. Depois chega a denuncia na Secretaria. Ela chamou o Sr. Lucas (Vigilância) e foram juntos com a Sra. Joyce, Coordenadora Técnica das Vacinas (VS) até a UBS VILA PALMIRA para levantar a informação do que tinha acontecido, se de fato era aquilo mesmo; fizeram a busca ativa para saber quantas crianças poderiam ter recebido a dose vencida. Segundo ela tudo isto poderia ser levantado por meio do sistema. As pessoas envolvidas foram afastadas no mesmo dia e elas seguem o processo administrativo interno. Sra. Caroline solicitou ao Sr. Lucas para poder explicar a respeito da vacina em si vencida, quais são as atitudes que a gente tem quando acontece uma situação dessas. Sr. Antonio perguntou quantas crianças foram vacinadas. Sra. Caroline confirmou que foram duas. Sra. Taciana perguntou se elas tiveram a mesma reação. Sra. Caroline respondeu que uma não teve nenhuma reação até o momento. Sr. Lucas esclareceu que a outra ficou doente, mas os sintomas não tinha relação com a vacina, segundo o Laudo Médico da GVS (Secretaria Estadual de Saúde - DRS 7 - Campinas). Contou que houve um treinamento no final de março para vacinação sobre o processo de vacinar, quais as medidas que precisam ser tomadas e não foi cumprido o protocolo. As duas crianças estão sendo acompanhadas pela Secretaria e equipes medicas, segundo informou Sra. Caroline e Sr. Lucas. Sra. Ana perguntou porque vacina vencida no Posto de Saúde? Sr. Lucas respondeu "porque não houve atenção ao procedimento; a pessoa deveria, no dia do vencimento, ter descartado a vacina, no caso 30/04/25. Mas a vacina ficou no estoque. No dia 05 as crianças foram vacinadas com aquelas doses que deveriam ter sido retiradas. Sr. Lucas esclarece ao Sr. Osmar que quem aplicou deveria ter visto a data, conferido a idade da criança, etc., e aplicaria. Aí em seguida registra o lote da vacina no sistema. Se ela estiver vencida, o sistema acusa para quem está inserindo a informação. Sr. Antonio solicitou confirmação se esses lotes são registrados no e-SUS e quem acompanha nos sistemas a data de vencimento? Sr. Lucas respondeu que a partir do momento que sai da Vigilância Municipal é a unidade que é responsável pelo controle. O e-SUS acusa se o lote está vencido quando lançado. Sr. Antonio perguntou: "a pessoa da unidade não viu isto?". Sr. Lucas respondeu que sim, "não viram". Sr. Antonio justificou sua duvida, pois sob a ótica do processo de responsabilidades, a primeira começa na unidade, depois vem a Vigilância local, depois a de Campinas, depois do Estado e a Federal. No e-SUS de uma das crianças que Sr. Antonio recebeu, coincide o lote lançado com o que está na carteira. Sr. Lucas perguntou se o lote que ela lançou é o que está no frasco? Sr. Antonio disse que não tinha esta informação, ao que o Sr. Lucas respondeu que esta também era a dúvida deles (Vigilância). Sr. Lucas comentou um exemplo de vacinas doadas por Socorro para outros municípios e como foi feito o lançamento. Sra. Caroline disse que estas questões estão

sendo apuradas em processo administrativo que segue em sigilo. (Várias pessoas falam ao mesmo tempo). Sr. Antonio passou a palavra para a Sra. Luzia nos esclarecer a questão do lançamento do lote da vacina aplicada. Sra. Luzia disse que não tem como mudar a data ou esse lote que foi lançado. Uma vez lançado não tem como mudar. (Várias pessoas falam ao mesmo tempo). Sr. Antonio contou que teve uma reunião com o avô de uma das bebês vacinadas, pois não tinha o contato da responsável da outra bebê. Conversou na sexta à noite com o vereador José Adriano, avô de uma das bebês, para entender os acontecimentos. O avô nos contou que a partir do dia 07/05, 02 dias após a neta ter tomado a vacina, ela apresentou alguns sintomas de manchas vermelhas no corpo, bolinhas e quadro de hipotemia. Levaram-na ao Centro de Referência da Criança e o médico que a atendeu levantou a possibilidade de uma gripe. Parece que ele não pediu carteira de vacinação. Mas os sintomas continuaram e se agravaram: vermelhidão, vômitos e quadro de hipotemia. Sr. Antonio interrompeu seu raciocínio para compartilhar que o avô autorizou divulgar estas informações na reunião do Conselho, "pois a conversa entre nós não fora sigilosa"(sic). No dia 13 foram a um médico particular em Bragança, que perguntou se ela tinha tomado vacina recentemente. Não melhorou. No dia 14/05 foram à UPA em Bragança. Quando estavam aguardando atendimento foi quando receberam uma ligação da enfermeira chefe perguntando sobre a saúde da bebê. Falaram que estavam na UPA de Bragança, quando a enfermeira chefe ligou para a mãe e disse que a vacina aplicada estava vencida e pediram para irem no dia 15/05 na UBS V. Palmira. Sra. Caroline disse que a denúncia chegou até a Secretaria por meio da família do vereador José Adriano. Sr. Antonio questionou: "mas a unidade não deveria ter informado logo quando descobrirem? ou levaram quase 10 dias para tomarem conhecimento disto?"(sic). Sr Antonio lembrou que tanto o Estado como o Governo Federal têm médicos peritos para analisarem resultados de exames e diagnósticos para identificarem se existe correlação entre os sintomas e a vacina vencida. Sra. Caroline informou que o laudo médico de Campinas já tinha vindo para a Secretaria e estava com a Joyce da Vigilância. O Resultado é que não houve qualquer tipo de correlação entre os sintomas e a vacina aplicada, segundo laudo do médico perito da Vigilância em Campinas. **Sr. Antonio solicitou que a Vigilância encaminhe o laudo para o COMUSA** (via e-mail ou grupo WhatsApp). Sr. Antonio propõe que o Conselho pense qual deve ser o foco em termos de encaminhamentos, considerando que neste ano foram vacinas vencidas; ano passado foram medicamentos dentre outros materiais de uso e apoio no Centro Odontológico, também vencidos. "E isto não pode acontecer", reiterou. (Várias pessoas falando ao mesmo tempo). Sra. Fabiana trouxe uma denúncia com relação ao Instituto da Criança (IC): "não é a primeira vez que acontece, é uma denúncia que acabou de acontecer no Grupo de Pais e Mães Atípicos. Fui autorizada pela mãe para falar aqui. Ela foi ao I.C. passar no pediatra com seu filho que estava há 2 dias com febre e amanheceu com diarreia. Ela chegou no I.C. meio-dia e meio (12:30) e falou que a pediatra não podia atender porque não tinha mais vaga. Falaram para ela procurar o hospital ou o Posto. O IC tem pediatra de plantão no local, das 08:00 até 16:00 ou 17:00. Posto de Saúde em nenhum deles do município tem pediatra de plantão no local. Hospital está sem, apesar de existir uma Resolução do CFM de que tem que ter no local e não tem. A mãe foi para a UPA em Bragança. Às 15:00 Sra. Fabiana entrou em contato com o IC devido à denuncia. Não teve resposta. 16:00 ligou novamente e perguntou, não tive resposta. Ligou quase agora daqui mesmo e deixaram mudo. Duas questões: omissão de socorro por negativa de atendimento e não conseguir se comunicar. Ninguém atendeu aos meus telefonemas. É uma criança com deficiência, tem 06 anos. Apareceram outros casos no grupo a partir deste. Eu quero

feedback sobre isto. Sra. Taciana trouxe um outro caso de uma criança no CMEI. Contou ela: "deu o horário da saída e uma criança de 04 anos não acordava. (...) Comunicaram para a mãe. Chamaram o SAMU, a coordenadora foi junto para o Hospital. Chegando lá, a criança ainda desacordada e nos primeiros socorros examinam a pressão, que estava baixa. Não tinha um pediatra ali na urgência, só à distância. Quando a criança acordou a pediatra pediu ao médico plantonista para fazer exame de sangue para verificar níveis de glicose, se estiver normal, pode liberar. Esse foi um caso grave, pois a criança ficou desacordada por 2 horas. No dia seguinte a criança estava passando mal, com vômitos, dores na nuca, e como tive criança com meningite falei para a mãe entrar em contato (ficou muito baixo). Retornou à Santa Casa e novos exames indicaram que ela tinha tido um quadro convulsivo. No dia seguinte ela pegou os exames e foi para o IC, considerando a gravidade do exame. A atendente que a acolheu disse que iria agendar no dia mesmo, que ela viesse. A enfermeira que estava do lado disse que ela não seria atendida, pois no dia anterior ela estava agendada para ir ao IC às 12:30 e ela não compareceu. Sra. Taciana ligou para o IC e a enfermeira atendeu. Resultado: ela foi atendida, mas mal acolhida. A mãe não se sentiu segura, se matou de fazer faxina para pagar médico particular. Sra. Fabiana completou o caso anterior que apresentou de que a mãe foi para a UPA e, chegando lá deram senha amarela. Ela orientou a mãe a fazer um BO como negligência de atendimento, fazer denuncia junto ao CRM/CFM que pode ser feita pela internet e, até mesmo buscar uma reparação no juizado. Sra. Fabiana perguntou ao Sr. Fernando, da Santa Casa se o tomógrafo estava funcionando. Ele respondeu que sim, mas para caso de urgência e precisa de um protocolo do médico do SUS. O tomógrafo da Santa Casa atende particular e do SUS. Sr. Antonio pediu para a palavra para o pleno ver que tipo de encaminhamento poderíamos fazer naquele momento. Solicitou à Sra. Fabiana de mandar por escrito por e-mail este caso. Pediu à Sra. Taciana que encaminhasse também por escrito. Sr. Antonio propôs orientar as famílias fazerem um BO e encaminharem para o Ministério Público (MP); o COMUSA também deverá encaminhar esses casos e outros para o MP. Entrou como questão o fato de não ter pediatra na Santa Casa. Sr. Antonio dirigindo-se ao Pleno perguntou por que não incluíram no Termo de Fomento de 2025 um pediatra plantonista presencial. Algumas pessoas lembrando da morte do Nicolas, propuseram realizar abaixo-assinado. A justificativa era que custaria para a Santa Casa R\$ 144.000,00. Sra. Fabiana lembrou que não tem as cinco especialidades 24 horas de plantão no Hospital (presencial): pediatra, clínico, anestesista, ortopedista e cirurgião. Sr. Antonio faz a leitura dos ofícios para o pleno aprovar para serem encaminhados para a Prefeitura: ofícios 005, 006, 007, 008, 009 e 010. Todos foram aprovados por unanimidade.

Sem mais, Sr. Antonio de Brito (Presidente) autor desta ata deu por encerrada a reunião às 17:23.

* Lista de Presença em Anexo.

